



Aluno (a): _____ nº: _____

Professor(a): _____ Data: ____/____/____ Turma: _____

Triunfo da “Revolução”?

Para facção majoritária das Forças Armadas, eleição de Tancredo foi uma costura política bem-sucedida

Tiago Monteiro

1/3/2015

- A eleição de janeiro de 1985, que muitos insistem em apresentar como uma derrota das Forças Armadas, constitui, na verdade, a própria vitória da Revolução de 1964, através da consolidação do processo político brasileiro. Tal conclusão, com estas exatas palavras, foi anunciada pelo Ministério do Exército em nota oficial em 16 de janeiro daquele ano, ou seja, um dia depois de Tancredo Neves ser eleito presidente da República.

Duas ideias estão expressas na frase: o apoio militar a Tancredo e a interpretação de que o novo governo representaria os valores do regime ditatorial (por eles chamado “Revolução”). Para além do jogo de cena de quem não quer se declarar derrotado, essa declaração pública reflete as manobras de bastidores para garantir uma transição pacífica, do ponto de vista das Forças Armadas. Foi a facção dominante – a dos esguianos – que conduziu as articulações durante o processo que desembocou na democracia (1974 a 1985).

A férrea cultura que rege as Forças Armadas não é capaz de evitar a existência de relevantes divisões ideológicas no interior das casernas. Entre as diversas correntes que surgiram no Brasil recente, a dos esguianos foi uma das mais destacadas. Carregam esta denominação por reunirem ex-professores, estagiários e simpatizantes da Escola Superior de Guerra (ESG). A força da instituição pode ser percebida em seu legado: todos os generais que assumiram o Brasil durante a ditadura foram alunos ou docentes da ESG.

Os militares da facção esguiana compunham a direita militar antes mesmo da fundação da ESG, em 1949. Após o golpe que depôs João Goulart, formaram o núcleo do governo Castelo Branco (1964-1967). As gestões de Artur Costa e Silva (1967-69), da Junta Militar (1969) e de Emílio Médici (1969-1974) não eram simpáticas aos principais valores e líderes esguianos, o que resultou no afastamento deste grupo do exercício da Presidência entre 1967 a 1974. Tal situação não impediu que alguns esguianos ocupassem funções relevantes nesse período – como o general Orlando Geisel, ministro do Exército do governo Médici e um dos pilares da repressão política.

Ao retomarem o poder, sob a liderança dos generais Ernesto Geisel na Presidência e Golbery do Couto e Silva na Casa Civil, trataram de colocar em prática um projeto que ficou conhecido como Distensão Política. A meta era institucionalizar a “Revolução” através de reformas que reduziriam o caráter policial-militar da dominação política e abririam caminho para um novo sistema, de participação política restrita: a “Democracia Forte”. O projeto esguiano previa ainda a redução da autonomia dos militares envolvidos com a repressão, o respeito à hierarquia e a redução da politização dos quartéis.

A imposição dessa plataforma gerou diversas reações, desde o descrédito por parte da oposição até a panfletagem clandestina nos quartéis contra o governo Geisel, e a facção atuou em várias frentes para fazer valer seus propósitos. Começaram por atacar os últimos focos de oposição clandestina. No início da Distensão, Ernesto Geisel, Dale Coutinho, João Figueiredo e outras lideranças esguianas consideravam indispensável o desaparecimento de todos os grupos marxistas para o sucesso da transição política. Por isso, o governo realizou operações contra organizações e partidos que sobreviveram à repressão dos anos de chumbo. Entre 1974 e 1975, membros de partidos como a Ação Popular Marxista Leninista foram sequestrados, mortos e seus corpos nunca mais encontrados. Em 1976, uma investida do Exército assassinou líderes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), no episódio que ficou conhecido como Chacina da Lapa, em São Paulo.

Em outra frente, os esguianos travaram um embate contra os militares ligados aos órgãos repressivos, representados na chamada Comunidade de Segurança e Informações. Ela era composta por agentes do SNI e de outros órgãos criados entre 1964 a 1973 para reprimir todos os oponentes do regime. Seus oficiais eram favoráveis à perpetuação das estruturas ditatoriais para evitar a “infiltração comunista” e manter seu status dentro da corporação. O anúncio da Distensão fez com que seus líderes mais preeminentes distribuíssem panfletos de oposição ao governo Geisel, ao mesmo tempo em que os agentes de campo mantinham a prática de torturar e assassinar aqueles considerados inimigos da Revolução. O confronto entre as duas facções se agravou com o abrandamento da censura e os assassinatos de Vladimir Herzog – jornalista e militante comunista – em 25 de outubro de 1975, e do operário e também militante Manuel Fiel Filho, em 17 de janeiro de 1976. Geisel reagiu demitindo o general Ednardo Melo, comandante do II Exército e responsável pelas instalações em que Herzog e Fiel Filho foram assassinados. A destituição de um comandante era algo inédito naquela ditadura.

Geralmente os esguianos preferiam a conciliação ao embate. Mesmo após situações de confronto, buscavam fazer concessões aos adversários a fim de manter coesas as Forças Armadas. Após a crise, Geisel tomou medidas para agradar os oficiais da Comunidade de Segurança e Informações, como a cassação de mandatos de parlamentares do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e operações semelhantes à Chacina da Lapa. Não foi suficiente para acabar com a panfletagem clandestina e as ações terroristas promovidas pela Comunidade de Segurança e Informações, culminando no atentado frustrado ao Riocentro, em abril de 1981. O episódio colocou em oposição o general Golbery e o general João Figueiredo, eleito presidente em 1979 por manobra esguiana. O primeiro exigia maior rigor na punição aos “terroristas”, enquanto Figueiredo tentava amenizar a situação. Foi uma divergência dentro da própria facção.

Períodos de sucessões presidenciais geravam grande agitação política nos quartéis. A partir de 1976, o general Sylvio Frota, ministro do Exército, lançou-se à disputa para suceder Ernesto Geisel. Ele era apoiado pela Comunidade de Segurança e Informações e propunha o fim da Distensão e maior participação do Exército nas decisões governamentais. Para conter essa ameaça, o presidente resolveu demitir o ministro em outubro de 1977. Em uma entrevista memorialística, de 1995, Geisel afirmaria que decidiu demitir Frota quando este foi “mordido pela mosca azul” e passou a acreditar que como presidente salvaria a pátria do comunismo. Em seu lugar entrou o general Fernando Bethlem, também ele um crítico da Distensão, mas disposto a colaborar com os esguianos.

A briga pela sucessão de Geisel aumentou no início de 1978, quando o presidente indicou o general Figueiredo, então chefe do SNI, para substituí-lo. Contrário à decisão, o chefe da Casa Militar, general Hugo Abreu, demitiu-se e se uniu ao general Euler Monteiro contra os esguianos. Articularam-se com o MDB, formaram a Frente Nacional pela Redemocratização e disputaram as eleições presidenciais indiretas de outubro de 1978, realizadas via Colégio Eleitoral. Mas João Figueiredo acabou eleito, com 355 votos.

Durante o governo Figueiredo, aumentou a preeminência dos políticos vinculados ao governista Partido Democrático Social, o PDS. Mas um racha entre suas lideranças e a adesão de parte delas à candidatura de Tancredo Neves dividiram mais uma vez a facção esguiana em uma sucessão presidencial. O presidente omitiu-se, mas Tancredo, ele próprio diplomado na ESG e frequentador das

reuniões de ex-alunos da instituição, despertou a solidariedade dos generais Ernesto Geisel e Reinaldo Almeida, entre outros.

Resultado: o candidato Tancredo Neves recebeu apoio da corrente ligada à ESG, comprometeu-se em continuar o projeto de Distensão – então chamado de Abertura – e em não punir nenhum militar envolvido na repressão. Trouxe para os ministérios homens próximos dos esguianos, como os generais Ivan Mendes e Leônidas Gonçalves. Assim garantiu o apoio irrestrito do Exército, que se manteve quando assumiu José Sarney e ao longo de sua presidência, até 1990.

A atuação esguiana na Transição Política criou as bases da democracia atual, trouxe a liderança do MDB para seu espectro político e desarticulou a Comunidade de Segurança e Informações. Não estariam em tais movimentações as raízes de alguns dos problemas que assolam a atual democracia brasileira?

Tiago Monteiro é pesquisador do Laboratório de Estudos sobre os Militares na Política (LEMP-UFRJ) e autor da dissertação “A Nova República e os debates relativos ao papel político das Forças Armadas pós-ditadura: homens, partidos e ideias (1985-1990)”, (UERJ, 2012).

Vitória dos derrotados

Depois do fim da luta armada, mobilização social ajudou a construir uma democracia conquistada apenas em parte

Gislene Lacerda

1/3/2015

- A democracia brasileira se aproxima do auge de sua vida adulta. São 30 anos desde que o primeiro presidente civil foi eleito pelo Colégio Eleitoral. Distante no tempo, aquela virada histórica começa a parecer esmaecida aos olhos de hoje. Como explicar que após 21 anos de governo militar a ditadura tenha saído de cena “envergonhada” e “derrotada”? Nas respostas a esta pergunta, talvez resida um elemento pouco lembrado: a força da sociedade civil organizada na luta política.

O ano de 1974 apresentava um cenário duplo. Se, por um lado, o general Ernesto Geisel iniciava o projeto militar de distensão “lenta, gradual e segura”, paralelamente a sociedade civil vivia um novo fôlego para lutar contra a ditadura, após anos de abafamento pela dura repressão. Diferentes movimentos sociais e de esquerda foram responsáveis por alargar os limites impostos pelo projeto militar, assumindo papel importante na reconstrução da democracia.

Novos atores ganharam destaque, outros se reformularam e fortaleceram. Entre eles, o novo sindicalismo do ABC paulista, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) – partido político de oposição dentro do sistema bipartidário – que obteve significativas vitórias eleitorais em 1974 e 1978, organizações profissionais como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Igreja Católica – em especial através da Teologia da Libertação e das Comunidades Eclesiais de Base – o movimento estudantil e os chamados “movimentos de diferença” – que incluíam as feministas, os negros, os indígenas e os gays.

Vivia-se um processo de autocrítica após a derrota da luta armada. Era o momento da busca por novas táticas, vinculadas às liberdades democráticas. Apesar das divergências ideológicas na interpretação sobre o que significava a democracia que desejavam construir, grande parte da esquerda uniu-se em torno dessa bandeira.

A democracia foi construída em meio a conflitos. Eles se deram na rua, sob a marca da mobilização social, fruto de um processo de acúmulo de insatisfação social e de forças que se articulavam. Eventos como a missa de sétimo dia de Alexandre Vannucchi Leme – estudante de geologia da USP, morto pelo regime em 1973 – e o culto ecumênico de sétimo dia de Vladimir Herzog – jornalista assassinado pelos militares em 1975 – reuniram milhares de pessoas que pacificamente se manifestaram contra as arbitrariedades da ditadura. Ações como estas despertavam para a possibilidade e a necessidade de se avançar cada vez mais contra o regime.

Pioneiro nesse processo, o movimento estudantil buscou se reorganizar por todo o país. Começou pela reconstrução de Centros Acadêmicos (CAs) e Diretórios Centrais dos Estudantes (DCEs), enfim livres do controle e da intervenção militar. A USP teve papel precursor: em 1976 reabriu seu DCE, que acabou assumindo o papel de aglutinador da luta estudantil nacional.

Em março do ano seguinte, os universitários ganharam as ruas pela primeira vez desde 1968, em uma passeata que saiu da USP e foi até o Largo de Pinheiros, em São Paulo. Foi o passo inicial da retomada dos espaços públicos e da mobilização social pelas liberdades democráticas. Dois meses depois, uma grande manifestação seguiu pelo Viaduto do Chá contra a prisão de estudantes que panfletavam na região do ABC por ocasião do Dia do Trabalho. Estas primeiras mobilizações paulistas foram como o “apito da panela de pressão”: protestos semelhantes se espalharam, colocando todo o país em ebulição. A repressão militar foi intensa. Exemplo da fúria do regime contra os estudantes aconteceu em setembro de 1977, quando o coronel Erasmo Dias invadiu e destruiu o prédio da PUC-SP ao ser informado da realização do III Encontro Nacional de Estudantes (ENE). O evento visava criar uma comissão para rearticular a UNE, que estava na ilegalidade desde 1964 por definição da Lei Suplicy Lacerda, e totalmente desmantelada desde 1973, quando seu último presidente, Honestino Guimarães, desapareceu nas mãos dos militares.

A partir de 1978, o movimento operário assumiu um importante espaço na luta democrática. O novo sindicalismo e as greves da região do ABC paulista ampliaram a força da oposição e deram a ela maior expressão devido ao impacto gerado pela paralisação da classe operária na economia brasileira. A ditadura já não mais se sustentava. No final de 1978 foi revogado o AI-5, o mais repressivo instrumento do regime, em vigor havia uma década. No ano seguinte, a UNE estava reconstruída e conquistava-se para os opositores da ditadura a anistia, após anos de uma luta política que aglutinara as diferentes expressões sociais sob a bandeira “Pela anistia ampla, geral e irrestrita”.

Vitória ou frustração? Afinal, a anistia não contemplava os anseios sociais, pois isentava de julgamento também os torturadores e não se aplicava a todos – excluía aqueles envolvidos nos chamados “crimes de sangue”.

A campanha a favor das “Diretas Já”, em 1984, foi mais um importante passo no renascimento da democracia, envolvendo artistas, intelectuais, operários, estudantes, esquerdas e muitas outras forças políticas que se reuniram em grandes comícios e passeatas por todo o país. O movimento desejava dar um fim à ditadura através das eleições diretas para presidente da República. Mais uma vez, o anseio popular não foi atendido. Tancredo Neves, eleito de forma indireta, morreu antes de sua posse. E o primeiro presidente civil acabou sendo seu vice, José Sarney, político vindo da Arena – partido ligado ao regime militar. Ruptura ou continuidade?

Não se pode negar que, como fruto do caráter negociado da transição brasileira, nossa democracia começou com problemas. Nem mesmo seu marco inicial é consenso entre os historiadores. Muitos entendem o final do processo de transição com a eleição de Tancredo Neves em 1985. Outros defendem que a democracia teve início, de fato, em 1988, com a promulgação da nova Constituição. Um terceiro grupo considera que o novo regime só passa a vigorar com a primeira eleição direta para presidente, em 1989, quando Fernando Collor saiu vencedor. Há, por fim, um outro grupo que acredita que ainda hoje a transição se encontra inconclusa, em especial pela ausência de um “acerto de contas” com o passado ou por identificarem limites na democracia constituída.

Pelo olhar dos movimentos sociais e das organizações de esquerda que militaram durante o período da transição, não há derrota. Para eles, a democracia foi fruto de um processo vitorioso no campo da mobilização e da luta política. “Se a ditadura acabou com a luta armada, quem acabou com a ditadura? Foi a mobilização democrática, a ampla frente democrática que unia desde os comunistas até a turma que apoiava a ditadura e desistiu de apoiar depois de um certo tempo. (...) A ditadura foi derrotada pela rua, não foi derrotada pelo fuzil. E a rua começou a ser mobilizada pela gente, em 1977”, argumenta Alon Feuerwerker, ex-militante estudantil da USP.

Esse discurso revela uma visão compartilhada por grande parte dos movimentos sociais que atuou naquele período: a tática da luta armada, que vigorou com maior expressão entre a esquerda de 1968 e 1973, é vista como um equívoco. O fator-chave para o fim da ditadura teriam sido os movimentos de massa, de caráter amplo e democrático, que ocuparam as ruas do Brasil entre meados das décadas de 1970 e de 1980. Alargando os limites da transição desejada pelos militares, eles construíram um novo começo para nossa história democrática.

Gislene Lacerda é professora da Universidade Nove de Julho e autora de *Memórias de Esquerda: o Movimento Estudantil em Juiz de Fora de 1974 a 1985* (Editora Funalfa, 2011).

Tancredo em foco

27/10/2011



Relembre abaixo o "Especial Heróis na Mídia", publicado em março do ano passado, no qual o pesquisador Douglas Marcelino mostra como o Jornal Nacional, da Rede Globo, numa edição especial depois do "Fantástico", fez a cobertura da morte do ex-presidente, tratando-o como um verdadeiro messias brasileiro.

Por Douglas Attila Marcelino

Depois de 21 anos de regime militar, o Brasil finalmente teria um presidente civil. O político mineiro Tancredo Neves vencera Paulo Maluf no Colégio Eleitoral e assumiria o poder no dia 15 de março de 1985. No entanto, um dia antes da posse, com fortes dores abdominais, ele teve que ser internado no

Hospital de Base, em Brasília. Enquanto o país aguardava sua melhora, o vice José Sarney ocupou o cargo interinamente. Ninguém imaginava que o presidente eleito jamais tomaria posse. Após sete cirurgias, Tancredo morreu em 21 de abril, deixando a nação em choque.

Em pouco tempo, uma comoção tomou conta do país. Mesmo indireta, a eleição havia sido marcada por forte mobilização popular, além de uma notória rejeição a Maluf, candidato diretamente ligado aos militares. À noite, depois do “Fantástico”, a Rede Globo exibiu uma edição especial do “Jornal Nacional” sobre a doença e a morte do presidente eleito, com quatro horas de duração: “O martírio do Dr. Tancredo”. O tema central era a forte experiência vivida pela sociedade brasileira, que começou com sua internação 38 dias antes.

O programa já vinha sendo planejado havia algum tempo e mobilizou quase toda a equipe de jornalismo da Rede Globo. Seu principal responsável foi Luís Edgar de Andrade, chefe de redação da emissora, escolhido para atuar exclusivamente na sua preparação. A escalação de Andrade ainda no dia 12 de abril indica como foi intenso o trabalho de elaboração do programa e como a morte do presidente eleito já era esperada.

O telejornal começava com a imagem de uma cruz projetada sobre o fundo formado por um céu azul na parte superior da tela e uma faixa verde e amarela na parte inferior. Cânticos religiosos compunham a trilha sonora, que perdurava alguns segundos depois da aparição do apresentador Sérgio Chapelin.

Exploração religiosa

A exploração religiosa foi recorrente ao longo do programa. O suposto caráter heroico do presidente também foi destacado: “Era um homem público predestinado, um homem que tinha uma missão e que iria cumpri-la a qualquer custo”, destacava Chapelin. Descrito como alguém que tinha profunda “consciência do momento histórico em que estava vivendo”, Tancredo aparecia como aquele que podia ler na história o que os outros não viam, uma espécie de intérprete profético do destino coletivo, que carregava em si o passado e o futuro de seu povo. Traços positivos da sua personalidade, assim como seus encontros com chefes de Estado estrangeiros após a vitória nas eleições, também eram enaltecidos.

Em fins de janeiro e início de fevereiro de 1985, Tancredo visitou vários países, como Itália, França, Portugal, Espanha, Estados Unidos, Peru e Argentina. A iniciativa tinha o objetivo de anunciar a Nova República e legitimar o futuro governo perante a opinião pública internacional. A narração da viagem acentuava que “todos os chefes de Estado e de governo que estiveram com ele sabiam que estavam diante de um homem especial”. Alguém que seria “capaz de dialogar com os principais líderes do mundo de igual para igual”.

O encontro com o papa no Vaticano foi particularmente destacado. Aquela seria “uma deferência que nenhum outro presidente brasileiro teve nos últimos vinte anos. Uma deferência reservada ao estadista, ao homem de Estado Tancredo Neves”, enfatizava Sérgio Chapelin. Na primeira parte de “O martírio do Dr. Tancredo”, uma retrospectiva mostrava os fatos considerados mais importantes no período da internação até sua morte. Entre eles figuravam a leitura oficial do primeiro boletim médico; o bilhete que Tancredo escreveu a José Sarney parabenizando-o por sua correção na condução do governo; a divulgação da primeira foto do presidente internado e a dramática transferência para o Instituto do Coração, em São Paulo.

Reações e gestos excepcionais

Na segunda, havia um grande número de pronunciamentos de autoridades, depoimentos e homenagens, que seguiam também o enfoque religioso do programa: D. Paulo Evaristo Arns, D.

Eugenio Sales, D. Luciano Mendes de Almeida e o rabino Henri Sobel apareceram com destaque. Também foram muitos os escritores e artistas entrevistados, como Dias Gomes, Lygia Fagundes Telles e Grande Otelo. Já no caso dos políticos, havia desde o ex-oposicionista do regime militar e então governador de São Paulo, Franco Montoro, até Armando Falcão, ex-ministro de Ernesto Geisel.

O programa tendia a tomar todos os gestos e reações do presidente como excepcionais. É o que pode ser visto na divulgação de suas reações à doença. O especial reproduziu, por exemplo, uma frase de Tancredo no dia da sua internação, em que ele teria pedido a Deus forças para não decepcionar o povo brasileiro. Os médicos também diziam que ele era “um homem de ferro” e havia enfrentado as cirurgias bravamente. Tudo realçava a resistência fora do comum de um homem que já estava com 75 anos.

A descrição detalhada do tratamento conferia mais dramaticidade ao relato. O telespectador tinha acesso às reações do presidente e a desenhos ilustrativos que expunham imagens do intestino e dos pulmões, entre outros órgãos. Uma variedade de termos médicos, como diverticulite, apendicite e leiomiomíia já tinha passado a fazer parte da rotina dos brasileiros.

O papel de mártir atribuído a Tancredo Neves, expresso no próprio título do programa, era o que mais marcava sua imagem. Após Sérgio Chapelin dizer “mais de um mês depois da primeira operação no Hospital de Base de Brasília, o martirizado corpo do presidente Tancredo Neves não resistiu”, apareceu a cruz que ficava em cima do túmulo onde ele seria sepultado, na Igreja de São Francisco de Assis, em São João del Rei.

Tancredo era claramente representado pelo mito cristão da redenção pela morte do messias. Além da cruz no início do telejornal, a imagem de Jesus crucificado no Calvário marcava a troca de quadros a certa altura, com o título “O Brasil reza e sofre com Tancredo” na parte superior. Os registros televisivos mostravam as pessoas fazendo orações pela saúde do presidente. Referindo-se à fé fortalecida na Semana Santa, o jornalista ressaltava: “Sábado de Aleluia, as esperanças reacendem (...). O caminho, Instituto do Coração/Hospital das Clínicas, é acompanhado pelo Brasil inteiro. (...) Domingo de Páscoa. Domingo de Ressurreição. Todos rezam pela saúde do Dr. Tancredo”. A narração do apresentador completava o forte apelo religioso: “todos os brasileiros”, “todo o país”, “todo mundo” rezava e sofria por Tancredo.

Ressurreição

Alguns gestos de membros da família Neves, que havia décadas preservava uma forte devoção católica, também eram responsáveis pela criação da atmosfera religiosa em torno da morte de Tancredo. Em entrevista, um de seus irmãos, Jorge Neves, afirmou: “Eu tenho fé em Deus e espero que a ressurreição de Tancredo se faça por um milagre”. A fala, que ganhou destaque nos meios de comunicação, foi incorporada ao especial da Rede Globo.

O clipe musical da cantora Fafá de Belém entoando o Hino Nacional acompanhada somente por um piano era mais um elemento comovente de “O martírio do Dr. Tancredo”. As imagens da cantora emocionada, interpretando o hino, eram intercaladas com as de Tancredo discursando e outras de forte carga emotiva, como as de pessoas com crucifixos nas mãos. Construções imponentes de Brasília, como a Catedral e o Congresso Nacional, também apareciam no vídeo, assim como o rosto preocupado de sua esposa, Risoleta Neves (1917-2003). Quase fechando o quadro, Tancredo Neves aparecia sorrindo e acenando para a população, como se estivesse se despedindo.

O mito que ia sendo construído sobre o presidente também se nutria do caráter inusitado daqueles acontecimentos de março e abril de 1985. Além da internação na véspera da posse e de uma relativa melhora no Domingo de Páscoa, Tancredo morreu no dia de Tiradentes. Considerado um mártir da história nacional, Tiradentes foi seu conterrâneo e também teve sua morte interpretada como

sacrifício pela nação. Tido como bravo defensor dos ideais republicanos, o inconfidente foi exaltado por Tancredo Neves, inclusive nas menções à implantação de uma Nova República.

Aquele era um momento bastante difícil na história do país. O temor de um possível retorno às práticas autoritárias do regime militar era muito intenso. Diante disso, o caminho escolhido por muitos meios de comunicação foi o da consagração de Tancredo Neves, representado frequentemente como o único responsável pela transição para a democracia.

No caso da Rede Globo, lembrada pelas relações estreitas que manteve com os governos militares, aquele era também um momento propício a uma revisão da sua própria história. Difundindo uma imagem extremamente favorável à Nova República, ela encobria as omissões do passado e procurava consolidar seu suposto perfil de fiadora da democracia. A interrogação que fica é a seguinte: será que tamanha exaltação de Tancredo, apresentado como uma figura heroica e santificada, era um preço que precisava ser pago pelo restabelecimento da democracia?

Douglas Attila Marcelino é doutorando da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e autor da dissertação “Salvando a Pátria da Pornografia e da Subversão: a Censura de Livros e Diversões Públicas nos Anos 1970” (UFRJ, 2006).

Especial Nova República - Rumo ao planalto

Vinte e nove anos sem votar para presidente da República, o Brasil acompanhou, voto a voto, a disputada eleição

Marly Motta

- A inflação ultrapassava 1.700% ao ano. A maioria do eleitorado nunca havia votado para presidente. Nas legendas, mais de 20 candidatos. Este era o quadro das eleições de 1989, aguardada pela população por 29 anos. De acordo com a nova Constituição do país, aprovada em 1988, a escolha presidencial, para um mandato de quatro anos, deveria se fazer em dois turnos. Diferente da de 1960, quando houve, simultaneamente, eleição para os governos estaduais e para o Congresso, a de 1989 seria uma eleição “solteira”, apenas para presidente da República.

Para alguns analistas políticos, o desencanto com a Nova República era provocado principalmente pelo fracasso dos vários planos econômicos que não conseguiram domar o dragão da inflação. Depois do breve sucesso do Plano Cruzado, de 1986, a arrancada dos preços disparou, esmagando o poder de compra dos brasileiros, especialmente dos mais pobres. Mas uma grande dúvida pairava no ar. Como se comportaria o eleitorado brasileiro? Votaria com a razão ou com a paixão? Eleger um candidato capaz de garantir a tão sonhada estabilidade econômica seria a escolha mais racional dos eleitores em 1989. Mas a paixão foi percebida por José Murilo de Carvalho logo no início da campanha eleitoral, em artigo publicado no Jornal do Brasil de 16 de julho. O mundo das paixões, dizia o historiador, se “expressa na linguagem dos sonhos, dos mitos, dos símbolos”.

À grande expectativa pela volta das eleições diretas associaram-se a insatisfação social e a crise ética provocada pelas acusações de corrupção contra o governo José Sarney. Era um tempo de desilusão, de frustração, de cólera. Aliás, havia inclusive a ameaça de que a doença infecciosa do cólera se espalhasse pelo país. Tempo que favorecia os candidatos que mexiam com a emoção popular: Leonel Brizola, Luiz Inácio Lula da Silva e Fernando Collor de Mello.

Leonel Brizola (1922-2004) saiu na frente nas pesquisas eleitorais. Cassado pelo golpe de 1964 como um dos principais representantes da chamada esquerda nacionalista, voltou ao país com a

anistia e se elegeu governador do Rio de Janeiro em 1982. Sua aura de “salvador” na luta contra os “inimigos da pátria” tinha forte apelo em amplos setores do eleitorado. Mas logo foi ultrapassado por Fernando Collor, jovem e impetuoso político vindo de Alagoas. Com uma base regional e partidária frágil, apostou em um discurso inflamado, em que se apresentava como um herói solitário combatendo a corrupção encarnada na figura dos “marajás”. A expressão foi empregada para se referir aos funcionários que acumulavam várias aposentadorias no serviço público. Correndo por fora, vinha Lula, o líder da classe operária e fundador do Partido dos Trabalhadores (PT). Sua história pessoal de pobreza se confundia com a da maioria do povo brasileiro.

Longe de ser uma “chuva de verão”, como previam alguns, a candidatura Collor logo virou uma enxurrada. Engrossada pelo apoio de setores econômicos e sociais que viam com alívio a perspectiva de que a disputa não ficasse restrita a políticos da esquerda, a campanha “collorida” foi muito agressiva. Seu alvo principal, além dos concorrentes mais próximos, era o governo do presidente Sarney, tachado de fraco, incompetente e corrupto. Do que o Brasil precisava naquele momento? De uma mão firme para matar a inflação e a corrupção com um tiro certo. E a onda “collorida” se transformou em uma tsunami quando, a partir de junho, as pesquisas eleitorais anunciaram índices em torno de 40% de intenção de voto para o “caçador de marajás”.

A eleição de 15 de novembro iria definir o adversário de Collor no segundo turno. A arrancada de Lula na reta final da campanha não pôde ser contida pela candidatura de Brizola, que até então se mantinha à frente na preferência do eleitorado. Uma pequena diferença de votos garantiu a presença do líder operário do ABC paulista nas urnas para enfrentar o “fenômeno das Alagoas”.

Foi um mês eletrizante. O país se dividiu, como se acompanhasse uma partida de futebol em que um passo em falso poderia dar a vitória ao adversário no último minuto do jogo. A candidatura de Lula conseguiu a adesão dos partidos de esquerda e se beneficiou, sobretudo, da extraordinária transferência dos votos dos brizolistas, que se empenharam em derrotar o “filhote da ditadura”. Collor buscou manter o apoio das variadas e difusas camadas da população – os “descamisados”, como ele chamava – que lhe haviam garantido a vitória no primeiro turno.

A grande expectativa era em relação à atuação de Lula e Collor nos programas eleitorais apresentados na televisão. O eleitorado brasileiro teria agora a oportunidade de ver, ao vivo e em cores, um duelo sensacional. A ele, eleitor e telespectador, caberia a palavra final. Muito se fala sobre o papel que esses programas tiveram no resultado da eleição. Para muitos analistas, a exibição, no horário eleitoral gratuito, da entrevista com uma antiga namorada de Lula na qual ela o acusava de tê-la pressionado para fazer um aborto ou a edição, possivelmente tendenciosa, feita pelo “Jornal Nacional” do último debate realizado na TV Globo teriam favorecido a vitória de Collor nas urnas no dia 17 de dezembro.

O novo presidente tomou posse em 15 de março de 1990, mas o governo durou pouco. Derrotado pela inflação e desmoralizado pelas acusações de corrupção, Fernando Collor de Mello tornou-se o primeiro presidente da República a sofrer um processo de impeachment. Foi definitivamente afastado do poder em 29 de dezembro de 1992. O duro aprendizado obtido na eleição de 1989 se refletiu na seguinte, em 1994, quando o eleitorado escolheu a estabilidade econômica, prometida pelo candidato Fernando Henrique Cardoso, como o caminho mais racional a ser seguido.

Antes das diretas

Varre, varre, varre, vassourinha... Jânio Quadros vem aí! Ao som desses refrões, em 3 de outubro de 1960, mais de 12 milhões de eleitores brasileiros votaram para presidente da República sob o peso da “carestia de vida”. No ano anterior, o índice de inflação chegara a quase 40%. Ao mesmo tempo, as acusações de corrupção contra o governo de Juscelino Kubitschek (1902-1976) se multiplicavam, principalmente em função dos gastos com a construção de Brasília. E Jânio Quadros (1917-1992) chegou. Empunhando uma vassoura com a promessa de “varrer a inflação e a corrupção”, derrotou, com larga vantagem de votos, o candidato governista, general Henrique Teixeira Lott (1894-1984).

Três décadas depois, eram enormes as expectativas quanto à volta da eleição direta para presidente da República, extinta pela ditadura militar por meio do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965. A volta das “diretas”, como se dizia à época, foi uma das mais importantes lutas do movimento pela redemocratização do país. Em abril de 1984, em torno da bandeira das “Diretas Já”, milhões de pessoas se manifestaram em comícios que ocuparam o centro das grandes cidades, como o da Candelária, no Rio de Janeiro, ou o do Anhangabaú, em São Paulo.

Foi grande a frustração popular quando, na sessão da Câmara dos Deputados do dia 25, a Emenda Constitucional que previa a volta das eleições diretas não obteve o número de votos necessário à sua aprovação. A saída institucional para o fim da ditadura militar e a transição para um governo civil foi a manutenção da eleição indireta para a escolha do sucessor do general João Batista Figueiredo (1918-1999). Amplas negociações políticas que envolveram membros do governo e da oposição garantiram a chapa Tancredo Neves (1910-1985) e José Sarney, que derrotou, no dia 15 de janeiro de 1985, aquela encabeçada por Paulo Maluf por larga maioria de votos dos membros do Colégio Eleitoral. Iniciava-se então a chamada Nova República.

Mas antes da posse do novo presidente, o país sofreu um choque: Tancredo Neves morreria em 21 de abril de 1985. Essa nova frustração era aumentada com a descrença de que o vice, José Sarney, tivesse a legitimidade necessária para enfrentar os graves problemas do Brasil, especialmente a inflação galopante que, no fim desse ano, atingiria a marca de 235%.

Havia também sérias questões políticas, como a definição da duração do mandato presidencial. Estava em vigor a determinação contida no pacote de reformas constitucionais, imposto pelo governo do general Ernesto Geisel (1907-1996) em abril de 1977, que havia ampliado de cinco para seis anos o mandato de seu sucessor, o general Figueiredo. Mantido esse preceito constitucional, a próxima eleição presidencial deveria ocorrer somente em novembro de 1990. Poucos, no entanto, acreditavam na possibilidade de Sarney ficar seis anos no Planalto. Havia até quem defendesse um mandato de transição, a se encerrar em 1988, com a convocação da Assembléia Nacional Constituinte e de eleições diretas. Acabou, porém, prevalecendo a posição da maioria parlamentar, habilmente arregimentada pelo presidente Sarney, cujo mandato, estabelecido em cinco anos, se estendeu até março de 1990.

Marly Motta é professora do Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas e autora do livro Rio, cidade-capital (Editora Zahar, 2004).

O preço de não punir

Anistia aos crimes da ditadura gera democracias com violência de Estado – a exemplo do Brasil e da África do Sul

Edson Teles

1/3/2015



Tanque das Forças Armadas na ocupação do Complexo do Alemão no Rio, em 2010. (Foto: Marcello Casal Jr./Agência Brasil)

Quando o Relatório da Comissão Nacional da Verdade foi entregue no último mês de dezembro, a presidente Dilma Rousseff declarou que as instituições do Estado “reconhecem e valorizam os pactos políticos que nos levaram à redemocratização”. Os acordos nacionais entre as forças da ditadura e novos atores políticos têm sido a marca dos processos de transição para as democracias. E não só no Brasil. Há 30 anos, nosso Congresso Nacional – transformado em Colégio Eleitoral – elegeu de forma indireta o primeiro presidente civil após o regime militar. Uma década depois, na África do Sul, movimentos de resistência da população negra negociavam a passagem do apartheid para a “democracia racial”.

Tanto no país africano quanto no Brasil, as mudanças no poder foram determinadas por medidas de exceção negociadas. Abriu-se mão de uma série de princípios e normalidades da democracia em favor da busca por consenso político. O principal item pactuado em território brasileiro foi o silêncio sobre as graves violações de direitos humanos praticadas durante a ditadura e a manutenção de estruturas e agentes do Estado autoritário no novo regime. Na África do Sul, ao contrário, ficou estabelecido que a ampla narrativa dos crimes dos anos de segregação racial era imprescindível para uma passagem menos violenta à nova fase em que o país entrava. Em comum com o Brasil, a decisão de deixar aqueles crimes sem punição.

As democracias nascidas nas últimas décadas carregam heranças dos regimes autoritários ou totalitários que as antecederam. Assim foi no Leste Europeu, após a queda dos governos pró-soviéticos – Romênia, Hungria, Polônia e nas antigas Iugoslávia e Tchecoslováquia – e com as poucas democracias que substituíram o colonialismo tardio na Ásia (Vietnã, Camboja, Timor Leste) e na África (Angola, Moçambique, Ruanda). Na América Latina, em países como Argentina, Chile e Uruguai, ocorreu algo semelhante: a marca do novo regime político era a promessa de desfazer as injustiças do passado – o que, na prática, pode ocorrer com maior ou menor radicalismo. Tanto o Brasil, após o governo militar, quanto a África do Sul, em seguida ao apartheid, são países que fizeram suas transições sem profundas rupturas, a partir de pactos negociados entre os velhos e os novos atores políticos.

A transição do governo autoritário brasileiro para a democracia se deu de acordo com o modelo escolhido pela oligarquia política e econômica: a abertura deveria ser gradual, controlada e sem o menor risco de apuração e julgamento do passado de violência. A ditadura chegava ao fim, porém alguns elementos legados dos mais de 20 anos de regime militar permaneceriam em nosso cotidiano.

A democracia nasceu sob a suspensão de direitos: os crimes de graves violações durante a ditadura não foram apurados e o primeiro governo civil foi indicado por um Colégio Eleitoral de cerca de 500 parlamentares integrantes de um Legislativo sitiado pelas leis autoritárias do regime ditatorial. A Constituição de 1988 manteve as polícias militares e a concepção de que a segurança pública tem um inimigo interno – que pode variar entre traficantes, jovens negros e pobres, militantes políticos, vândalos, terroristas, a depender do contexto. De modo absurdo em tempos democráticos, as Forças Armadas continuam presentes no dia a dia do país, seja na ocupação de espaços civis – como as favelas cariocas – seja influenciando as pautas políticas.

Na África do Sul, o regime de segregação racial começou ainda sob a colonização (primeiro holandesa, depois britânica) e configurou-se como uma das mais injustas experiências políticas da humanidade. Em 1948, o apartheid transformou-se em princípio da Constituição nacional, e durante a década de 60 foi intensificada a separação territorial e de direitos civis entre brancos e negros. Começava ali a classificação da sociedade em white, black e colored – estes últimos, asiáticos e indianos ou os nascidos da miscigenação entre esses grupos.

Após cerca de 40 anos de imposição do regime de segregação racial, em 1985 abriram-se as negociações visando ultrapassar os anos de violência política e opressão em busca de um processo de reconciliação nacional. Os trabalhos da transição foram liderados por Nelson Mandela, líder do movimento de resistência dirigido pelo partido Congresso Nacional Africano, e Frederik de Klerk, último presidente branco do país. Entre os principais acordos estava o diálogo entre as vítimas e os criminosos. A ideia era promover a reconciliação na esfera comunitária, que se encontrava esgarçada ao fim do apartheid. Criada em 1995, a Comissão de Reconciliação e Verdade, organização autônoma do Estado, conduziu a apuração de violações aos direitos humanos por meio da narrativa das vítimas e através da confissão dos responsáveis pelos crimes. A punição seria trocada pela anistia.

Após cerca de dois anos de trabalho, nos quais a Comissão ouviu o testemunho de quase 30 mil pessoas, um relatório propôs indiciamento criminal de autoridades do antigo regime e de instituições políticas. Das 29 mil testemunhas, cerca de 7 mil eram agentes da repressão – policiais, oficiais militares e políticos – dos quais apenas 17% foram anistiados (pouco mais de 1.100 pessoas), já que o restante prestou testemunho falso ou incompleto.

A absoluta novidade da experiência sul-africana foi se apoiar nos tradicionais moldes do Direito ocidental, valorizando as subjetividades narradas nos testemunhos recolhidos pela Comissão. Esta saída, entretanto, apresentou alguns limites. Talvez o maior tenha sido, paradoxalmente, seu mais alto trunfo: ao trocar o ilícito (os crimes contra a humanidade) pelo lícito (o amparo da anistia), sob a condição de conhecer a verdade, a nova nação sul-africana pôde iniciar sua reconciliação mas, ao mesmo tempo, deixou de punir os responsáveis pelos crimes do passado. O momento inaugural das novas relações democráticas incluiu a suspensão dos atos de Justiça.

Os casos do Brasil e da África do Sul levantam uma série de questionamentos sobre o que são as democracias com legado autoritário. Qual a função desempenhada pelo passado no presente – e, em especial, o papel da memória dos anos autoritários na ação política atual? É possível esquecer os horrores vividos e voltar-se para um futuro sem violência? Ou a memória hiperbólica da tortura e da manipulação do corpo continua a habitar o cenário da democracia, nas relações entre a rua (espaço público) e a casa (espaço privado), entre o político e o biológico?

Ao longo dos anos, sofremos a escravidão, o extermínio de índios, ditaduras e problemas crônicos nas áreas de saúde, educação, alimentação e outros direitos universais. A mais longa democracia conquistada pelo país mantém-se herdeira das injustiças e das carências do passado. Sob a promessa de desfazer os erros cometidos – sempre em outro governo, outro Estado, outra história – e diminuir o sofrimento social, autoriza-se o acionamento de medidas emergenciais que dispensam os procedimentos democráticos.

Para evitar rupturas sociais traumáticas, as democracias do Brasil e da África do Sul nasceram submetidas a limites pelos quais até hoje pagam o preço – o autoritarismo e a violência persistentes em valores culturais coletivos e no âmbito mais subjetivo. Suas populações continuam convivendo, por exemplo, com práticas de tortura por parte de agentes do governo – uma herança da suspensão da Justiça no simbolismo de suas anistias.

As democracias herdeiras de regimes autoritários se relacionam com os desejos de recordação e esquecimento, de ódio e vingança. É um novo quadro social no qual se encontra um cruzamento ilimitado de demandas por direitos, em que a sociedade pressiona o Estado e demais instituições políticas, e sujeitos e grupos identitários se chocam com o consenso da memória coletiva nacional. Vemos, por exemplo, países como Argentina e Chile cindidos em batalhas de memórias antagônicas que não tiveram oportunidades de se confrontarem dentro de um jogo democrático devido a seus processos de transição consensuais. No Brasil, durante os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade, foram presenciadas manifestações públicas de apoio ao Golpe de 1964.

A boa saúde futura do corpo político depende do trato dispensado à memória e de como nos apropriamos dela no presente.

Edson Teles é professor de Filosofia Política na Universidade Federal de São Paulo e organizador de *O que resta da ditadura: a exceção brasileira* (Boitempo, 2010).

Miragens de democracia

Transição “consensual” pós-ditadura resultou em regime com heranças autoritárias, que ainda precisam ser (re)conhecidas

Nashla Dahás

1/3/2015

- O resultado do jogo estava decidido bem antes do apito final. A transição da ditadura para a democracia, na virada dos anos 80, foi construída sobre os alicerces da conciliação.

Na perspectiva adotada pelos principais atores políticos e militares, o espaço democrático que se formava acolhia tanto os setores considerados moderados das Forças Armadas quanto militantes das variadas esquerdas não armadas, incluindo trabalhistas e comunistas. As responsabilidades pelo golpe de 1964 foram integralmente atribuídas aos radicalismos à esquerda e à direita. Águas passadas. Na lógica da abertura da ditadura e da liberalização da democracia, paz social significava ausência de conflitos. O preço a pagar era o perdão aos militares torturadores e o banimento de opções políticas radicais.

Trinta anos depois, a tortura é um “problema crônico” em delegacias e penitenciárias brasileiras, e aumenta o número de homicídios cometidos pela polícia em estados como Rio de Janeiro e São Paulo, segundo relatório divulgado pela organização Human Rights Watch no início de 2015. Para a diretora da entidade no Brasil, Maria Laura Canineu, “a tortura é herança da impunidade”.

Em 2010, cerca de metade da população de 11 capitais do Brasil concordava, totalmente ou em parte, com o uso da tortura pela polícia, como método para obter provas de suspeitos. Os dados são do Núcleo de Estudos de Violência da USP, e contrastam com o resultado de 1999, quando 71,2% da população discordavam completamente do uso de tortura. “Qualquer decisão legislativa ou judicial para responsabilizar os agentes da repressão [durante a ditadura militar] não deverá resultar da expressiva mobilização da sociedade”, conclui a cientista política Maria Celina D’Araújo, da PUC-Rio, em análise recente sobre esses dados. O filósofo Vladimir Safatle lembra que somos o único país sul-americano onde os torturadores não foram julgados, onde não houve justiça de transição e onde o Exército não

fez seu mea culpa. Oficiais da ativa e da reserva ainda fazem elogios sistemáticos à ditadura militar, e décadas após o fim do regime convivemos com o ocultamento de cadáveres daqueles que morreram nas mãos das Forças Armadas. A incapacidade de reconhecer e julgar os crimes de Estado cometidos no passado transformou-se, segundo Safatle, em uma espécie de referência inconsciente para ações criminosas perpetradas por nossa polícia, pelo aparato judiciário, pelos setores do Estado. A ação militarizada no combate à violência, em especial, continua sendo aplaudida por boa parte da sociedade.

Convidamos especialistas no assunto a reinterpretar o evento “fim da ditadura no Brasil”. Completam-se três décadas em um novo contexto, com novos dados de pesquisa e novas perspectivas políticas, jurídicas e sociais que devem nos oferecer outras luzes sobre aquele processo e seu impacto em nossas vidas.

No dossiê a seguir, o leitor encontrará revisões e diferentes análises sobre aquilo que ficou conhecido como “abertura” ou “distensão” da ditadura, seus diferentes agentes e motivações. As abordagens privilegiam óticas menos lineares do processo de transição – que nem foi liderado exclusivamente por militares, nem apenas fruto da conquista de certos movimentos sociais.

Questionar o legado da ditadura nos dias de hoje não significa confundi-la com a democracia formal, nem desmerecer as conquistas da Constituição de 1988. Trata-se apenas de ir além da versão conciliadora assimilada na época da redemocratização, e reproduzida desde então.

Durante 20 anos a ditadura militar brasileira esforçou-se por institucionalizar uma visão de mundo sintetizada pela Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento. De acordo com o historiador Marcos Napolitano, a DSN voltou os exércitos nacionais dos países subdesenvolvidos para “a defesa interna contra a subversão comunista infiltrada”, em tempos de Guerra Fria. A fronteira a ser defendida passou do campo da geografia para o da ideologia, e o inimigo passou a ser primordialmente interno, ou seja, qualquer militante ou simpatizante do comunismo ou de movimento social ou partidário em favor de ideais à esquerda do regime era alvo potencial da violência do Estado. A liberdade, enquanto natureza conflitiva da sociedade, foi eliminada nas mais variadas dimensões da existência humana.

Não é mera coincidência que as palavras de ordem dos governos democráticos a partir de 1985 sejam até hoje exatamente segurança e desenvolvimento, ao mesmo tempo em que reformas sociais ou a ampliação da democracia participativa desde então são associadas à memória de um Brasil considerado radical e fracassado.

O cerne da virada política brasileira começa em 1974, quando a própria ditadura esboça um processo de redemocratização. Simultaneamente, o país convivia com mortes violentas de militantes de esquerda, cassações e fechamento do Congresso Nacional. Em seu discurso de posse, Ernesto Geisel, o “presidente da abertura”, não mencionou a volta à democracia, elogiou a “Revolução” e suas conquistas políticas e econômicas, reconhecendo apenas que estava na hora de um “generoso consenso nacional”.

Levou mais de uma década até que o último presidente militar, João Batista Figueiredo, promovesse a primeira eleição civil presidencial desde 1960, ainda pela via indireta. E outros cinco anos para que se considerasse a população apta a eleger o presidente da República. Ironia ou não, Fernando Collor, que enfim inaugurou formalmente a democracia brasileira, acabou retirado do poder por um impeachment.

A normalidade democrática definitivamente não está consolidada no Brasil. E não avançará enquanto não for analisado e revisto o complexo processo de transição de uma ditadura institucionalizada. Transição que não se reduz à conciliação de classes, ideologias e projetos nacionais como aquela que deu o tom da grande coalizão conservadora e anticomunista que derrubou João Goulart em 1964. Não há conciliação possível quando sujeitos continuam se sentindo violados por práticas sistemáticas de violência estatal e de bloqueio de liberdades individuais e coletivas, como o direito de ir e vir, o direito à saúde e à educação básicas de qualidade. Sem falar no direito à manifestação, à greve e mesmo à rebeldia contra um Estado opressor de forma socialmente reconhecida.

Da utopia democrática que parecia se concretizar no horizonte de 1985, alguma parte era miragem.

Somos todos constituintes

Constituição de 1988 foi a primeira com genuína participação popular, embora conservadores ainda tivessem seu vínculo com a ditadura

Marcelo Torelly

1/3/2015

- O projeto político da ditadura militar continha uma clara premissa: o povo brasileiro é despreparado para o exercício do governo. Daí a necessidade de uma elite ilustrada governar, guiando uma população inculta e incapaz de decidir sobre os rumos da nação. Esse elitismo tecnocrático se fez presente na própria justificativa do Golpe de 1964, ancorada no receio de que uma massa ignorante pudesse ser manipulada por um líder populista rumo a um projeto de nação comunista. Seguindo essa premissa, o regime não tardou em operar mudanças no sistema legal brasileiro, com o objetivo de usar um direito “neutro”, produzido por especialistas, para evitar que a participação política prejudicasse o progresso.

Os primeiros atos institucionais, restringindo direitos e liberdades, são testemunho dessa mentalidade, e as mudanças constitucionais de 1967 e 1969 não deixam dúvida sobre o estilo e os objetivos da “Revolução”. É verdade que nenhuma Constituição brasileira havia sido produto de efetivo exercício democrático e popular. Mas os militares levaram isso ao extremo. O Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, abriu caminho para o bipartidarismo e eliminou a possibilidade de participação de inúmeras forças políticas no processo legislativo. Nesse cenário, já por si restritivo, o governo militar optou por formar uma comissão de especialistas para organizar o arcabouço legal do regime. Em 7 de dezembro de 1966, o Ato Institucional nº 4 convocou o Congresso Nacional em caráter extraordinário. Limitado tanto pelo bipartidarismo quanto pelas cassações de mandato de parlamentares da oposição (um em cada cinco mandatos obtidos nas eleições anteriores haviam sido cassados), o Legislativo foi chamado a apreciar, em exíguo espaço de tempo, o anteprojeto proposto pelo governo. Sem participação popular, uma nova Constituição foi aprovada. Ela institucionalizava juridicamente o regime e concentrava o poder de decisão nas mãos do Executivo, em prejuízo do Congresso Nacional.

Longe de representar os anseios da sociedade, a nova Constituição também não garantia ao governo as condições que desejava para exercer seu regime de força. Embora a própria ideia de constitucionalismo – entendida como limitação do poder e garantia de direitos fundamentais – se mostrasse incompatível com uma ditadura, os militares decidiram fazer outra reforma constitucional radical, que desembocaria no texto de 1969. A tarefa de redigir a nova Constituição novamente não seria confiada ao povo, mas sim a um comitê de notáveis, integrado pelo general Costa e Silva, pelo vice-presidente Pedro Aleixo, os ministros da Justiça e Planejamento, Gama e Silva e Hélio Beltrão, o chefe da Casa Civil, Rondon Pacheco, os representantes do establishment legal, Miguel Reale e Carlos Medeiros Silva, e um ministro do STF, Themistocles Cavalcanti. A nova Constituição foi outorgada no mês de outubro, com algumas diferenças em relação ao texto proposto pelo comitê, como parte do episódio histórico que restou conhecido como o “golpe dentro do golpe”, dado o conjunto de mecanismos excepcionais empreendidos para alterar a distribuição de poder dentro do regime.

Sob a égide do Ato Institucional nº 5, promulgado em dezembro de 1968, e da nova Constituição, graves violações aos direitos humanos foram praticadas. E a governança por notáveis não gerou os resultados esperados: a despeito da brutal repressão aos dissidentes e mesmo exercendo um poder praticamente ilimitado, o regime conduziu o país a um endividamento externo sem precedentes, alavancando o “milagre econômico” que desaguaria em brutal concentração de renda e uma ferina crise

econômica, seguida por anos de hiperinflação. Apesar do cenário de caos, as elites dirigentes e econômicas seguiram apoiando o governo, certas de que alternativas democráticas não permitiriam resultados melhores. Diferentemente do ocorrido em países vizinhos, como Argentina e Chile, o apoio dos setores civis à ditadura militar não erodiu no Brasil.

Os militares traçaram uma estratégia de saída do autoritarismo pensada para evitar rupturas. Ela foi organizada em três etapas. Primeiramente, a anistia de 1979 permitiu que opositores retornassem ao país e saíssem da ilegalidade. Embora eles não tenham sido imediatamente reincorporados à política institucional, ainda manipulada pelo regime, estava iniciado um processo de distensão no qual os crimes de Estado foram equiparados à resistência à ditadura. Em 1985, aproveitando-se de uma legislação eleitoral sistematicamente alterada pelo governo para garantir sua maioria parlamentar, realizaram-se eleições indiretas para presidente, contrariando o clamor das ruas nas manifestações das “Diretas Já”. E, finalmente, foi convocada uma nova Assembleia Constituinte, que deveria seguir o script das anteriores: tutelada por técnicos, promovendo ajustes mas sem permitir rupturas.

É nesse momento que a narrativa se bifurca. Na primeira metade dos anos 1980, vozes ativas na sociedade civil, como a da cientista política Maria Victória Benevides e a do jurista Fábio Konder Comparato, defendiam uma Constituinte ao mesmo tempo exclusiva e soberana, ou seja, não poderia ser conduzida pelo Parlamento ordinariamente eleito, mas sim por um coletivo independente da política cotidiana, e não deveria ser limitada pela ordem anterior. Contrariamente, vozes representantes dos conservadores, como a do presidente José Sarney, as dos juristas Manoel Gonçalves Ferreira Filho e Nelson Jobim, entendiam que uma emenda à Constituição vigente – a autoritária de 1969 – deveria ser parte do trajeto rumo a uma nova ordem. Por eles, a Constituinte seria derivada e limitada.

A capacidade de controle do regime sobre a transição inviabilizou a primeira alternativa. Optou-se pelo caminho de uma emenda constitucional como procedimento de mudança. Ainda assim, juristas do quilate de Raymundo Faoro e Dalmo de Abreu Dallari seguiram argumentando que o modo de convocação da Constituinte não poderia limitar o alcance do processo. Sem esclarecer a controvérsia, a Emenda Constitucional nº 26 chamou por uma nova Constituinte, de forma derivada. Mas em seu artigo 1º propugnou que ela também deveria ser materialmente “livre e soberana”.

Dando seguimento ao projeto e à visão de mundo da ditadura, em 18 de julho de 1985 José Sarney escalou 50 notáveis para compor a Comissão Provisória de Estudos Constitucionais. Antecedendo a emenda 26, que seria publicada apenas em novembro, o grupo buscava, mais uma vez, permitir a uma elite ilustrada guiar os caminhos do processo constitucional, demonstrando o desapareço dos dirigentes pela democracia representativa.

Mas nem tudo saiu conforme planejado. Diferentemente das experiências constituintes anteriores, em que setores sociais estavam silenciados ou desorganizados, 1985 representava o ápice de um processo de retomada do espaço público pela sociedade. As campanhas pela Anistia e pelas “Diretas Já” propiciaram o florescimento da sociedade civil, obrigando a Comissão de Notáveis a dialogar com um contingente social que demandava direitos e exigia ser ouvido.

O anteprojeto constitucional não teve condições políticas de ser enviado ao Congresso Nacional. Pela primeira vez na história nacional, uma Constituição seria escrita sem texto-base enviado pelo governo, sem um processo decisório prévio acordado entre as elites e com reduzida tutela dos donos do poder. Ao contrário: o processo organizou-se por meio de um conjunto de mais de 20 comissões e subcomissões temáticas que passaram a produzir um anteprojeto fragmentário, posteriormente submetido a uma Comissão de Sistematização e, finalmente, a um plenário unicameral no Congresso.

Apesar de seus “vícios” – como ser produzida por um Parlamento eleito para outros fins e fazer referência à Carta autoritária de 1969 – a Constituinte rompia com o controle do regime e significava um verdadeiro processo democrático. O trabalho das comissões e subcomissões temáticas contou com uma participação social sem precedentes. Foram 9.970 sugestões apresentadas aos coletivos encarregados de redigir as primeiras versões daquilo que viria a ser a nova Constituição. Tal nível de participação, por si só, representava uma brutal ruptura com os modelos de escritura constitucional

anteriores, tidos em gabinetes fechados e mediados por “especialistas”, intérpretes dos desejos da nação.



Ulysses Guimarães posa levantando a nova Carta Magna de 1988. O deputado chamou-a de “Constituição Cidadã”, por ser a primeira que teve de fato a participação popular. (Foto: Arquivo Agência Brasil)

Mais ainda, o regimento interno autorizava a participação popular direta. Emendas ao anteprojeto poderiam ser apresentadas por coletivos de 30 mil cidadãos, desde que propostas por pelo menos três entidades sociais representativas. Por meio deste mecanismo, 122 emendas foram levadas à votação. A despeito da aversão do regime pela participação popular, o povo foi ouvido e se fez presente no texto final, apelidado, pelo deputado Ulysses Guimarães, de “Constituição Cidadã”.

A bifurcação na narrativa sobre a Constituinte – de continuidade ou ruptura – guarda reflexos nos dias atuais. Para aqueles que a enxergam como uma extensão da ordem autoritária, o conteúdo da Constituição de 1988 encontra-se vinculado ao ordenamento constitucional ilegítimo de 1969. Para os que entendem a Constituinte enquanto ruptura, dada a natureza democrática de seus trabalhos, a nova ordem sobrepôs-se à anterior, legitimamente.

Em um julgamento de abril de 2010, o impacto das opções por uma ou outra narrativa mostrou-se explicitamente no plenário do STF. Analisando a extensão da Lei de Anistia de 1979 aos crimes de Estado, progressistas como o ministro Ayres Britto apontavam para a precedência dos direitos humanos elencados na Constituição de 1988 sobre os dispositivos de impunidade impostos em 1979. De outro lado, conservadores como o ministro Gilmar Mendes clamavam pela ideia de “continuidade” entre as ordens legais. Argumentavam que, por estar vinculada à emenda 26 e à Lei de Anistia de 1979, a Constituição de 1988 não poderia dispor sobre a matéria de maneira diferente daquela posta pela ditadura. A vontade popular estaria, assim, limitada pela legalidade da ditadura.

Mantém-se, portanto, o desafio de interpretar a Constituição valorizando seu legado participativo, em oposição ao elitismo tecnocrático do regime militar. Uma interpretação genuinamente democrática do ciclo histórico inaugurado três décadas atrás não pode equiparar o direito produzido pela ditadura ao direito gerado pela democracia.

Mais que uma querela historiográfica, a disputa em torno do significado de 1985 e seus desdobramentos é, hoje, simbólica. Tem a ver com os sentidos e a legitimidade de uma ditadura militar que, em nome de um suposto ideal de progresso, matou, torturou e alijou, por mais de duas décadas, o povo brasileiro do direito de escrever sua própria história.

Marcelo Torelly é membro da Comissão de Altos Estudos do projeto “Memórias Reveladas” e foi coordenador de Memória Histórica da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça.